



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 3410, DE 2019

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para estabelecer que a exclusão da sucessão dos herdeiros ou legatários indignos, nos casos previstos no inciso I do art. 1.814 do Código Civil, dar-se-á na própria sentença penal condenatória.

**AUTORIA:** Senador Elmano Férrer (PODE/PI)



[Página da matéria](#)

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para estabelecer que a exclusão da sucessão dos herdeiros ou legatários indignos, nos casos previstos no inciso I do art. 1.814 do Código Civil, dar-se-á na própria sentença penal condenatória.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 92 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 92.** .....

.....

IV - a exclusão da sucessão nos casos previstos no inciso I do art. 1.814 do Código Civil.

.....” (NR)

**Art. 2º** O art. 1.815 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 1.815.** A exclusão do herdeiro ou legatário, nos casos de indignidade previstos nos incisos II e III do art. 1.814, será declarada por sentença.

.....

§ 2º Na hipótese do inciso I do art. 1.814, a exclusão do herdeiro será declarada na sentença penal condenatória, na forma do inciso IV do art. 92 do Código Penal.” (NR)

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



## JUSTIFICAÇÃO

O art. 1.814 do Código Civil prevê o rol dos herdeiros ou legatários que serão excluídos da sucessão, *verbis*:

a) se houverem sido autores, coautores ou partícipes de homicídio doloso, ou tentativa deste, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente;

b) se houverem acusado caluniosamente em juízo o autor da herança ou incorrerem em crime contra a sua honra, ou de seu cônjuge ou companheiro;

c) se, por violência ou meios fraudulentos, inibirem ou obstarem o autor da herança de dispor livremente de seus bens por ato de última vontade.

O art. 1.815 do Código Civil prevê que a exclusão do herdeiro indigno — isto é, aquele que não pode ser beneficiado pela aquisição de bens ou direitos do autor da herança por direito ou ordem sucessória — deve ser declarada por sentença cível transitada em julgado, sendo que, nos termos do parágrafo único do mencionado artigo, o direito de demandar a exclusão do herdeiro ou legatário extingue-se em quatro anos, contados da abertura da sucessão.

Ademais, mesmo na hipótese mais gravosa de crime contra o autor da herança (art. 1.814, inciso I, do Código Civil), os herdeiros ou legatários que tiverem sido autores, coautores ou partícipes de homicídio doloso — ou mesmo de tentativa de homicídio — contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seu cônjuge ou companheiro, ascendente ou descendente só poderão ter sua indignidade declarada por sentença judicial no âmbito civil.

Realmente, somos obrigados a ponderar que a melhor regra a reger a matéria seria aquela que atribuisse efeitos automáticos à sentença penal condenatória proferida contra aquele que houver cometido o crime insculpido no art. 1.814, inciso I, do Código Civil, não mais dependendo,

assim, da propositura de ação de indignidade, no âmbito cível, após a abertura da sucessão. Essa é a razão do presente projeto de lei.

Registramos, ainda, que tramitam na Casa iniciativas para estender as hipóteses de indignidade a outros crimes, tal como os hediondos, que é objeto do Projeto de Lei do Senado nº 523, de 2018, de autoria da Senadora Rose de Freitas.

Foi, aliás, ao relatar a citada matéria que nos convencemos da necessidade da presente alteração da legislação, que, hoje, a par de demorada acaba estendendo em muito a incerteza sobre o patrimônio do falecido.

Com essas considerações, conclamamos os Nobres Pares à aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador ELMANO FÉRRER

# LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal - 2848/40  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:lei:1940;2848>
  - artigo 92
- Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil (2002) - 10406/02  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2002;10406>